



ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.

CNPJ nº 08.768.414/0001-77 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

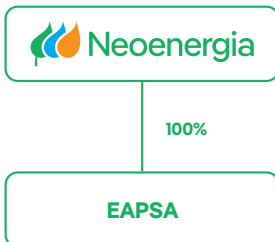
Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2023, a Energética Águas da Pedra S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.

A EAPSA é concessionária da UHE Dardanelos, objeto do Contrato de Concessão nº 002/2007 - MME - UHE Dardanelos e seu Primeiro Termo Aditivo, celebrado em 09 de outubro de 2017, conforme Resolução Autorizativa nº 4.086 da ANEEL, de 18 de outubro de 2016.

A UHE Dardanelos, localizada no Rio Aripuanã, no estado de Mato Grosso/MT, se encontra em operação comercial desde agosto de 2011 e outorga de concessão até 19 de novembro de 2048, é constituída por cinco unidades geradoras com capacidade nominal total de 261 MW, das quais: quatro são unidades de 58 MW e outra unidade de 29 MW, e possui energia assegurada de 147,2 MW médios.

Em setembro de 2023 foi divulgado o closing parcial da operação de Permuta de Ativos entre a Neoenergia e a Eletrobras, que resultou na consolidação de 100% da hidrelétrica de Dardanelos.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2023, Dardanelos registrou disponibilidade acumulada anual média de 99,20% acima da disponibilidade de referência definida pelo ONS de 94,58% e um acumulado dos últimos 60 meses de 96,40%, com índice de confiabilidade de 100%. A energia gerada bruta no ano foi de 688,402 GWh. E concluímos alguns projetos relevantes que agregaram valor ao negócio e traz mais confiabilidade na geração de energia elétrica da UHE, tais como: (i) Instrumentação poço (drenagem, esvaziamento e bloco 5) - modernização; e (ii) Aquisição de novos trocadores de calor do sistema de resfriamento dos geradores.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receita operacional, líquida	3	323.933	303.890
Custos		(126.123)	(122.316)
Custos com energia elétrica	4	(83.089)	(74.513)
Custos de operação	5	(43.034)	(47.803)
Lucro bruto		197.810	181.574
Outras despesas gerais e administrativas	5	(4.202)	(3.683)
Lucro operacional		193.608	177.891
Resultado financeiro	6	8.346	(2.213)
Receitas financeiras		24.011	15.430
Despesas financeiras		(15.655)	(17.624)
Outros resultados financeiros, líquidos		(0)	(19)
Lucro antes dos tributos		201.954	175.678
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(2.906)	(28.177)
Corrente		(3.779)	(29.341)
Diferido		873	1.164
Lucro líquido do exercício		199.048	147.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	199.048	147.501
Resultado abrangente do exercício	199.048	147.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Lucros					Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	263.000	52.599	213.219	-	56.440	-	585.258
Resultado abrangente do exercício:	-	-	-	-	-	199.048	199.048
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	199.048	199.048
Transações com os sócios:	-	-	-	56.440	(56.440)	-	-
Constituição de reservas de lucros (nota 17.3)	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:	-	-	10.474	-	-	(10.474)	-
Constituição de reservas de lucros (nota 17.3)	-	-	-	-	-	(188.574)	(161.129)
Remuneração aos acionistas (17.2.a)	-	-	-	-	27.445	-	27.445
Saldos em 31 de dezembro de 2023	263.000	52.599	223.693	56.440	27.445	-	623.177
Saldos em 31 de dezembro de 2021	263.000	49.231	179.610	-	102.949	(24.067)	570.723
Resultado abrangente do exercício:	-	-	-	-	-	147.501	147.501
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	147.501	147.501
Transações com os sócios:	-	-	-	-	-	(102.949)	(102.949)
Remuneração aos acionistas (nota 17.2.a)	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:	-	3.368	33.609	-	-	(93.417)	(56.440)
Constituição de reservas de lucros (nota 17.3)	-	-	-	-	-	(30.017)	26.423
Remuneração aos acionistas (nota 17.2.a)	-	-	-	-	56.440	-	56.440
Saldos em 31 de dezembro de 2022	263.000	52.599	213.219	-	56.440	-	585.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energética Águas da Pedra S.A. ("Companhia" ou "EAPSA") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Aripuanã - MT, e foi constituída em 3 de abril de 2007 com a finalidade de construir e operar a Usina Hidrelétrica Dardanelos ("UHE Dardanelos") com o seu sistema de transmissão. No dia 16/12/2022 os sócios, Neoenergia S.A e Eletrobrás assinaram um acordo de transferência em permuta de ações ordinárias. A Eletrobrás transfere 49% das ações ordinárias, para a Neoenergia S.A, que passa a ter 100% das ações ordinárias da Companhia. Em comum acordo foi definido entre as partes o *Equity Value* de R\$ 784.512. Em 31/08/2023, foi concluída a operação de permuta de ativos entre Neoenergia S.A e Eletrobrás. Com isso, a Neoenergia S.A. passou a ser proprietária de 100% da participação da Companhia. A Companhia é detentora do Contrato de Concessão nº 002/2007 do Ministério de Minas e Energia (MME) para a exploração da UHE Dardanelos, com vigência atualizada até 12 de dezembro de 2049. A UHE Dardanelos foi construída no Município de Aripuanã, em Mato Grosso, no Rio Aripuanã, cuja, a energia gerada pela Companhia é comercializada com o pool de 24 distribuidoras no Brasil, por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Está tramitando na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para deliberação, a autorização para que a Companhia proceda com a transferência não onerosa de parte de seus ativos compostos por linha de transmissão do trecho Dardanelos-Juína e substituição de transformação para a concessionária de transmissão Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE. Até a emissão destas demonstrações financeiras, esse processo ainda não havia sido finalizado com o órgão regulador. A modalidade da transferência é não onerosa; assim, não altera o resultado financeiro da Companhia, tampouco são previstas perdas, considerando que será mantido o valor investido no ativo como custo do empreendimento.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais: A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.1.1 Gestão de Riscos Financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: " Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; " O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; " Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; " Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; " Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e " Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantem posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ^(a)	2023	2022	Variação %
Receita Operacional Bruta	366.701	346.031	5,97
Receita Operacional Líquida	323.933	303.890	6,60
Margem Operacional Líquida	197.810	181.574	8,94
EBITDA	213.100	207.224	2,8
Resultado Financeiro	8.346	(2.213)	(477,14)
Lucro Líquido	199.048	147.501	34,95
Margem Operacional (%)	61,07%	59,75%	1,32
Margem EBITDA (%)	65,79%	68,19%	(2,41)
Margem Líquida (%)	61,45%	48,54%	12,91

^(a) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ^(a)	dez/23	dez/22	Variação %
Ativo Total	967.624	835.764	15,78
Dívida Bruta	109.227	143.219	(23,73)
Dívida Líquida ^(b)	(172.774)	(13.743)	1.157,18
Patrimônio Líquido	623.177	585.258	6,48

^(a) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

^(b) Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/23	dez/22	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA	(0,81)	(0,07)	1.122,51
EBITDA/Resultado Financeiro ^(c)	(25,53)	93,64	(127,27)

^(c) EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses
Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ¹	2023	2022	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	199.048	147.501	51.547	34,95
Receitas financeiras (B)	24.011	15.430	8.581	55,61
Despesas financeiras (C)	(15.655)	(17.624)	1.969	(11,17)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(0)	(19)	9	(47,37)
IR e CSLL (E)	(2.906)	(28.177)	25.271	(89,69)
Depreciação (F)	(19.492)	(29.333)	9.841	(33,55)
Amortização de ativo (G)	-	-	-	-
EBITDA = (A + (B - C) + D + E + F + G)	213.100	207.224	5.876	2,84

^(a) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

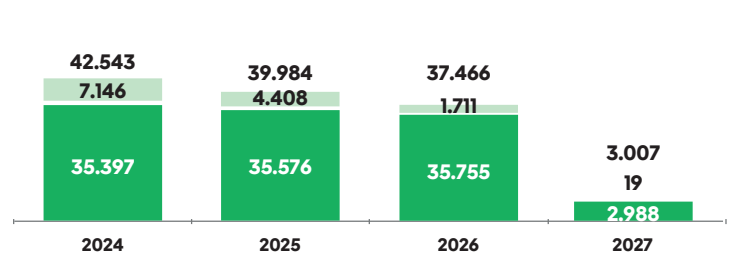
	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	199.048	147.501
Lucro líquido do exercício	199.048	147.501
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	22.113	32.045
Tributos sobre o lucro	2.906	28.177
Resultado financeiro, líquido	(8.346)	2.213
Alterações no capital de giro:	(2.665)	(2.256)
Contas a receber de clientes e outros	5.912	1.409
Fornecedores e contas a pagar	(133)	(336)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(16.717)	(5.669)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(962)	(23)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(3.056)	2.092
Outros ativos e passivos, líquidos	198.100	205.158
Caixa gerado nas operações	(9.750)	(12.387)
Encargos de dívidas pagas	25.122	16.356
Rendimento de aplicação financeira	(14.555)	(28.718)
Tributos sobre o lucro pagos	198.917	180.409
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(10.700)	(4.254)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	3.895	(612)
Aquisição de imobilizado e intangível	(6.805)	(4.866)
Aplicação de títulos e valores mobiliários		
Resgate de títulos e valores mobiliários	(35.160)	(34.660)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(30.017)	(47.548)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(65.177)	(182.208)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	126.935	(4.665)
Remuneração paga aos acionistas	140.258	147.325
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	267.593	140.658
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	140.258	147.325
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	267.593	140.658
Transações que não envolveram caixa:		
Adição e atualização de provisões capitalizadas	3.325	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui sua dívida uniforme até 2025, sendo 100% do volume referente ao financiamento contratado junto ao BNDES.

EAPSA (em R\$ mil)



5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda ("Deloitte"), firmado em 05/04/2022, com vigência de 60 (sessenta) meses.
Em 2023, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 157.676,72, referentes à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais). A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela EAPSA ("EAPSA"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de EAPSA e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de EAPSA. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de EAPSA sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	267.593	140.658
Contas a receber de clientes e outros	9	43.760	41.095
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	15.641	4.335
Outros ativos circulantes		2.532	4.480
Total do circulante		329.526	190.568
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	14.408	16.304
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	2.598	-
Depósitos judiciais	16.1	389	47
Outros ativos não circulantes		8.831	9.334
Direito de uso		-	5
Intangível	11	532.051	540.836
Imobilizado	12	79.821	73.672
Total do não circulante		638.098	638.196
Total do ativo		967.624	835.764



b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo – que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda – e retrorendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>) que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirá que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Fornecimento de energia	364.705	340.879
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	1.996	5.152
Receita operacional bruta	366.701	346.031
(-) Pis e Cofins	(34.173)	(32.396)
(-) Encargos setoriais ⁽¹⁾	(8.595)	(9.745)
Receita operacional, líquida	323.933	303.890

(1) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH); **3.1 Política contábil e julgamento críticos:** a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD); b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2023	2022
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(33.997)	(34.744)
Energia curto prazo – PLD e MRE ⁽¹⁾	(14.951)	(8.432)
Outros	(115)	(111)
Subtotal	(49.063)	(43.287)
Créditos PIS e COFINS	3.735	4.190
Total	(45.328)	(39.097)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(41.595)	(38.939)
Subtotal	(41.595)	(38.939)
Créditos de PIS e COFINS	3.834	3.523
Total	(37.761)	(35.416)
Total dos custos com energia elétrica	(83.089)	(74.513)

⁽¹⁾ PLD – Preço de Liquidação de Diferenças e MRE – Mecanismo de Realocação de Energia.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2023		2022	
	Outras Despesas gerais operação e administrativas	Custos de Despesas gerais operação e administrativas	Outras Despesas gerais operação e administrativas	Custos de Despesas gerais operação e administrativas
Pessoal e benefícios a empregados	(651)	(1.520)	(1.271)	(1.024)
Administradores	-	(663)	(663)	-
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(18.838)	(1.578)	(20.416)	(13.430)
Depreciação e amortização ⁽¹⁾	(19.483)	(9)	(19.492)	(29.324)
Outras despesas ⁽²⁾	(4.062)	(432)	(4.494)	(4.025)
Total	(43.034)	(4.202)	(47.236)	(47.803)

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2023 a depreciação e amortização bruta dos créditos de PIS/COFINS foi de R\$ 22.103 (Em 31 de dezembro de 2022 R\$ 32.047).

⁽²⁾ Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros;

5.1 Serviços de terceiros:

	2023	2022
Serviços técnicos e manutenções	(10.438)	(9.186)
Serviços jurídicos	(765)	(835)
Consultoria e auditoria	(599)	(357)
Comunicação	(175)	(191)
Uso da marca	(752)	(618)
Vigilância	(618)	(583)
Crédito PIS e COFINS	1.483	1.143
Outros serviços	(8.552)	(4.570)
Total	(20.416)	(14.579)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	25.122	16.361
(-) Tributos sobre receita financeira	(1.131)	(9.546)
Outras receitas financeiras	20	23
Total	24.011	15.438

	2023	2022
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(10.918)	(13.337)
Atualização de provisões para processos judiciais e provisões ambientais ⁽²⁾	(363)	15
Taxas	(4.099)	(3.784)
Outras despesas financeiras	(275)	(518)
Total	(15.655)	(17.624)

	2023	2022
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(10)	(19)
Total	(10)	(19)
Resultado financeiro líquido	8.346	(2.213)

⁽¹⁾ Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação;

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2023, inclui os valores da atualização monetária da provisão ambiental referente a Licença de Operação, conforme explicitado na nota 16.2.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (“IRPJ”) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	201.954	175.678
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação – 34%	(68.664)	(59.731)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	54.784	-
Incentivos fiscais SUDAM	10.474	33.609
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	959	-
Outras adições (reversões)	(459)	(2.055)
Tributos sobre o lucro	(2.906)	(28.177)
Alíquota efetiva	1,44%	16,04%
Corrente	(3.779)	(29.341)
Diferido	873	1.164

7.1.2 Tributos sobre o lucro diferidos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2023	2022
Ressarcimento do Risco Hidrológico (GSF)	(21.760)	(22.633)
Total	(21.760)	(22.633)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Passivo	2023	2022
Efeitos reconhecidos no resultado		873	1.164
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(21.760)		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(23.797)		
Efeitos reconhecidos no resultado		1.164	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(22.633)		

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico.

7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	2023	2022
IRPJ	14.307	1.775
CSLL	3.932	2.556
Ativo	18.239	4.331
Circulante	15.641	4.335
Não circulante	2.598	-
Total	20.237	4.331
IRPJ	-	1.775
CSLL	-	11.368
Passivo	-	13.143

7.1.4 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDAM, exclusivo para as Companhias da região Centro-Norte. O incentivo fiscal SUDAM, prevê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos

levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2 Outros tributos:

7.2.1 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:

	2023	2022
Programa de integração social – PIS	338	332
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	1.582	1.543
Impostos e contribuições retidos na fonte ⁽¹⁾	25.443	102
Outros	475	264
Outros tributos a recolher	27.838	2.241
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	6.665	7.030
Outros	478	854
Encargos setoriais	7.141	7.884
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	34.979	10.125

⁽¹⁾ Imposto de renda retido na fonte sobre JCP deliberado em Dez/2023 – R\$ 24.169

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	3.323	2.566
Fundos de Investimento	264.270	138.092
Total	267.593	140.658

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,49% (100,31% em 31 de dezembro de 2022) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2023	2022
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	264.270	138.092
Total	264.270	138.092

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A., para que o Grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos Investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2023	2022
Fornecimento de energia	43.760	41.095
Partes	33.410	31.665
Partes relacionadas	10.350	9.430
Total	43.760	41.095

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2023	2022
A vencer	43.760	41.095
Total	43.760	41.095

9.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 19.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões, a exposição ao risco de crédito é residual. Dada a essas características, o nível de constituição das perdas iminentes não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	16.304	15.692
Aplicação	-	602
Resgate	(3.895)	(1.810)
Rendimentos	1.922	1.620
Saldo final	14.409	16.304

Os títulos e valores mobiliários não possuem condições de resgate antecipado e referem-se a aplicações financeiras, requeridas em contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a finalidade de garantia real. Remuneração pela venda do CDI à taxa média de 99,56% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (99,44% a.a. em 31 de dezembro de 2022) sem vencimento predeterminado.

11. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	Centrais de hidro-elétricas	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
2.00% - 16,70%	2.00% - 16,70%	4.00% - 40,23%	4.00% - 14,29%		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	468.586	69.023	47	3.380	540.836
Adições	-	-	9.061	9.061	9.061
Depreciação	(16.246)	(1.883)	(20)	-	(18.149)
Transferências entre classes	10.450	1.242	-	(11.692)	-
Transferências - outros ativos	-	-	303	-	303
Saldos em 31 de dezembro de 2023	462.590	68.382	330	749	532.051
Custo	748.407	111.236	491	749	860.883
Depreciação acumulada	(285.817)	(42.854)	(161)	-	(328.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	503.312	79.242	61	11.297	593.912
Adições	-	-	4.079	4.079	4.079
Depreciação	(46.922)	(10.219)	(14)	-	(57.155)
Transferências entre classes	11.926	-	-	(11.926)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	468.586	69.023	47	3.380	540.836
Custo	737.957	109.594	188	3.380	851.519
Depreciação acumulada	(269.571)	(40.971)	(141)	-	(310.683)

11.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*). A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por *impairment*, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia. As análises que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vieram desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados



A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	199.048	147.501
Absorção de prejuízos	-	(24.067)
Reserva legal	-	(3.368)
Lucro líquido ajustado	199.048	120.066
Reserva de incentivo fiscal	(10.474)	(33.609)
Lucro líquido a distribuir	188.574	86.457
Remuneração		
Mínima obrigatória ⁽ⁱ⁾	49.762	30.017
Remuneração adicional	138.812	56.440
	188.574	86.457
Natureza da remuneração		
Dividendos	27.444	86.457
JCP	161.130	-
	188.574	86.457

(I) Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JCP líquido do IRRF. Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2023			
AGOE de 28 de abril de 2023	Mínimo obrigatório 2022	30.017	0,11413307
RCA de 26 de dezembro de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	161.130	0,61266159
Total		191.147	
2022			
AGO de 29 de abril de 2022	Mínimo obrigatório 2021	44.599	0,16957794
AGO de 29 de abril de 2022	Dividendos adicionais 2021	102.949	0,39144106
Total		147.548	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2023	2022
Saldos iniciais	30.017	44.599
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	-	132.965
Juros sobre o capital próprio declarados	161.130	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(24.169)	-
Dividendos pagos no exercício	(30.017)	(147.547)
Saldos finais	136.961	30.017

Em 31 de dezembro de 2023 foram pagos a Neoenergia S.A o montante de R\$ 15.309 e R\$ 14.708 aos demais acionistas (R\$ 75.249 e R\$ 72.299 em 31 de dezembro de 2022, respectivamente). **17.3 Reservas de lucros: 17.3.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. A Companhia não constituiu reserva legal em 31 de dezembro de 2023, pois foi atingido o limite legal da Reserva. **17.3.2 Incentivo fiscal imposto de renda – SUDAM:** A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na região Centro-Norte, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada. A Companhia apurou no exercício de 31 de dezembro de 2023, o valor de R\$ 10.474 (R\$ 33.609 em 31 de dezembro de 2022) de incentivo fiscal SUDAM. **17.3.3 Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976. **17.4 Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

18. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia. As principais transações comerciais com as subsidiárias da Neoenergia reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de transmissão de energia; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos; e (v) Dividendos e JCP a pagar. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

18.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2023		2022	
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Ativo				
Contas a receber e outros (a)	10.350	-	10.350	9.430
	10.350	-	10.350	9.430
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (b) / (c)	909	752	1.661	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	136.961	136.961	-
	909	137.713	138.622	-

18.2 Transações com partes relacionadas

	2023			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total da Neoenergia	Subsidiárias	Total	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional (a)	82.687	-	82.687	77.296	77.296	
Custos dos serviços (c)	(9.152)	-	(9.152)	(10.092)	(10.092)	
Despesas gerais e administrativas (b)	-	(752)	(752)	-	-	
	73.535	(752)	72.783	67.204	67.204	

18.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 18.1 e 18.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro, Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern	Contrato de venda de energia longo prazo - CCEAR	IPCA	2040	2024	10.350	(82.687)
b)	Neoenergia S.A.	Direito de uso da marca	0,9% da ROL Ajustada	2031	2024	(752)	752
c)	Neoenergia Operação e Manutenção	Prestação de serviços de O&M	IPCA	60 meses	2024	(859)	8.556
d)	Neoenergia S.A.	JCP a pagar	N/A	N/A	2024	(136.961)	-

18.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): A remuneração da Administração reconhecida no resultado do período pelo regime de competência é como segue:

	2023	2022
Salários e benefícios recorrentes	663	1.344
Total	663	1.344

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A

19. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2023		2022	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.323	264.270	2.566	138.092
Títulos e valores mobiliários	-	14.408	-	16.304
Contas a receber de clientes e outros	43.760	-	41.095	-
	47.083	278.678	43.661	154.396
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	16.619	-	7.420	-
Empréstimos e financiamentos	109.227	-	143.219	-
Uso do bem público	20.813	-	19.919	-
Outros passivos financeiros	652	-	339	-
	147.311	-	170.897	-

CA – Custo amortizado, VJR – Valor justo por meio do resultado

19.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 19.7 (análise de sensibilidade). **19.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	2023		2022	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	264.270	264.270	138.092	138.092
Títulos e valores mobiliários	14.408	14.408	16.304	16.304
	278.678	278.678	154.396	154.396

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **19.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2023		2022	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	109.227	109.227	143.219	143.219

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **19.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de

negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **19.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) Empréstimos e financiamentos: O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. Os empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de rating. O spread de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida. **19.7 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exercí-cio	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Prová-vel	Impacto Cenário (II)	Im-pacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	278.678	32.466	(4.877)	(9.726)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e Financiamentos							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,53%	(109.227)	(9.110)	(1.070)	(2.140)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
José Paulo Werberich Presidente		
TITULARES		
Juliano Pansanato de Souza	Mariane Carvalho Medeiros	Leonardo Pimenta Gadelha
DIRETORIA EXECUTIVA		
Luiz Paulo Oliveira Branco Gazola Diretor Presidente		
Marcelo José Cavalcanti Lopes Diretor Técnico		
DIRETORIA DE CONTABILIDADE		
Rachel Alves Pascale Contadora CRC-RJ-nº 115915/O-3		
Luciana Maximino Maia Diretora de Contabilidade		

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Diretores da **Energética Águas da Pedra S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 4º andar Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.768.414/0001-77, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da EAPSA, alusivas ao exercício findo em 31.12.2023; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da EAPSA, relativas ao exercício findo em 31.12.2023.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024.		
Luiz Paulo Oliveira Branco Gazola Diretor Presidente	Marcelo José Cavalcanti Lopes Diretor Técnico	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Energética Águas da Pedra S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Águas da Pedra S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Águas da Pedra S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos

requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos

entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2024

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ	Gabriela Rocha Werberich Contadora CRC nº 1 RS - 079489/O-4
--	---

